

O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas

Laís Paula Rodrigues de Oliveira¹
Latif Antonia Cassab²

Resumo: Ao longo do tempo notáveis foram as transformações ocorridas no âmbito do movimento feminista. Através de uma evolução ideológica e política, fruto da própria condição histórica. O movimento se politizou incorporando questões de caráter crítico e de reivindicação de direitos igualitários entre homens e mulheres. O artigo que apresentamos é resultado de nossa inserção no Programa de Iniciação Científica, da UNESPAR/Campus de Apucarana, durante o ano de 2012, através de um vínculo à pesquisa, intitulada “ONGS: do feminismo ao gênero”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Latif A. Cassab. No processo investigativo ficamos responsáveis em desenvolver uma pesquisa bibliográfica, referente ao movimento feminista. A pesquisa bibliográfica, enquanto uma metodologia de pesquisa se constitui em várias fases, desde a busca por diversificados tipos de materiais – como artigos de periódicos científicos, livros, dissertações, teses, entre outros, impressos e/ou digitalizados –, através dos quais realizamos um levantamento dos documentos, a seleção dos mesmos e, leitura e elaboração de resumos que embasaram a produção textual do assunto. Buscou-se com este artigo, contextualizar a evolução do feminismo: abordamos sua formulação no âmbito social internacional e nacional. Desta forma, esse trabalho está dividido, além dessa introdução, em outras duas partes. A primeira discute o movimento feminista no cenário internacional, assinalando brevemente como esse iniciou seu rumo até se ampliar pelo mundo. Na segunda parte, registramos seu surgimento no Brasil, mostrando quais foram as suas influências e as mudanças que ocorreram.

Palavras-chave: Movimento feminista. Mulheres. Direitos.

1. O movimento feminista no cenário internacional

“As mulheres começam a falar a partir de sua própria condição de mulher, condição esta que é constituída a partir do reconhecimento da opressão, do reconhecimento da história pessoal e coletiva de interesses e lutas próprias.” (Céli Regina Jardim Pinto)

O feminismo é um movimento moderno, que surge a partir do contexto das ideias iluministas (1680-1780), com a Revolução Francesa (1789-1799) e Americana

¹Acadêmica do quarto ano do Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Apucarana. Endereço eletrônico: oliveiralais01@hotmail.com

²Pós-doutorado em Estudos de Gênero – UFSC; docente e pesquisadora extensionista do Curso de Serviço Social, UNESPAR – Campus Apucarana. Endereço eletrônico: latif_cassab@yahoo.com.br

(1775-1781), reivindicando direitos sociais e políticos, com maior ênfase para a luta sufragista³, através da mobilização de mulheres de vários países.

Múltiplos foram os objetivos do feminismo durante o século XIX. Para Pinto (2004) o movimento sufragista expressou-se como bem comportado, e ainda com caráter conservador, tratando de assuntos superficiais e tendo por objetivo, nesse momento, as boas relações sociais sem questionar os direitos igualitários de gênero. Afirma, também Costa (2005),

A consciência de gênero e as primeiras ideias feministas foram identificadas, historicamente, no bojo das transformações políticas e econômicas da Europa setecentista, conforme Sardenberg & Costa que analisam detalhadamente esse contexto em “Feminismos, feministas e movimentos sociais” (1991). O Feminismo surge e se organiza como movimento estruturado, a partir do fenômeno da modernidade, acompanhando o percurso de sua evolução desde o século XVIII, tomando corpo no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, transformando-se, também, em instrumento de críticas da sociedade moderna. E, apesar da diversidade de sua atuação, tanto nos aspectos teóricos, quanto nos aspectos práticos, o Feminismo vem conservando uma de suas principais características que é a reflexão crítica sobre as contradições da modernidade, principalmente, no que tange a libertação das mulheres. (SILVA, 2008, p.1-2).

Os primeiros indícios do movimento feminista ocorreram durante a Revolução Francesa, através da publicação do livro “A Vindication of the Rights of Woman”, de Mary Wollstonecraft⁴. O livro reivindicava a legitimação e amplitude dos direitos políticos para as mulheres, colocando em prática a teoria liberal dos direitos inalienáveis do homem, para lutar pelo direito feminino, enfatizando maior atenção ao direito à educação. Porém, também reivindicavam direitos trabalhistas para as mulheres, direito à maternidade, e outros relacionados às expressões da questão social.

Desta forma, as primeiras ideias feministas surgiram no lastro histórico das transformações políticas e econômicas, ou seja, no período denominado como modernidade, avolumando-se no século XIX e expressando-se como instrumento crítico e reivindicatório.

³O movimento pelo sufrágio feminino é um movimento social, político e econômico de reforma, com o objetivo de estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres. A luta pelo voto feminino foi sempre o primeiro passo a ser alcançado no horizonte das feministas da era pós-Revolução Industrial. As “*suffragettes*” (em português, *sufragistas*), primeiras ativistas do feminismo no século XIX.

⁴Mary Wollstonecraft nasceu em Londres, 27 de Abril de 1759, morrendo em Londres, 10 de Setembro de 1797. Foi uma escritora britânica e considerada uma das pioneiras da modernidade feminista, com a publicação da obra “A Vindication of the Rights of Woman” (em português, “Uma Defesa dos Direitos da Mulher”), em 1790.

Considerando a opinião de Silva (2002) e Miranda o movimento feminista surge com a intenção de romper com a ordem patriarcal, denunciando a desigualdade entre homens e mulheres e buscando direitos igualitários e mais humanos para as mulheres. As feministas consideravam o patriarcalismo moderno como uma “[...] situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas” (WEBER, 1964, p. 184).

Após um período sem grandes mobilizações, o movimento ressurgiu por volta dos anos de 1960, unindo-se ao movimento hippie internacional e levantando como bandeira o lema “o pessoal é político”, com o objetivo de indagar parâmetros políticos impostos na sociedade. Nessa perspectiva, o feminismo procura romper com o que era aparentemente privado ou discutido pelo e para o social, aliando-se ao pensamento liberal⁵.

Durante o século XX, o chamado “Feminismo Liberal”, passou por várias fases – entre se fortalecer e perder prestígio na sociedade –, porém uma nova consciência o impulsionou, promovendo outras conquistas, tanto na produção teórica quanto na prática. Era visível uma nova direção empreendida pelo movimento, sendo conhecido naquele momento como “Feminismo Radical”. Esse se constituiu com pesquisas acadêmicas, reflexões, lutas radicais e pelo enfoque nos temas sobre violência sexual, sexualidade e direitos sobre o próprio corpo. Tais questionamentos e mudanças tornaram-se os frutos de uma produção teórica, de reflexões e estudos acadêmicos, utilizando, naquele momento de matrizes teóricas marxistas e da psicanálise.

Como um movimento inovador na sociedade, rejeita quaisquer correntes tradicionais e sugere uma nova forma de sociedade, com a inclusão dos direitos e papéis femininos, buscando novos conceitos e identidades de “fazer política”.

2. Surgimento do feminismo no Brasil

⁵ O termo “liberalismo” aqui empregado não se traduz no liberalismo econômico, o qual tende a enfatizar o interesse próprio e a ser conservador. O liberalismo político tende a ser progressista, pronto para colocar em risco a ordem em nome da justiça social, e dá ênfase à solidariedade. Assim, aqui o a expressão liberalismo é usada no sentido político, expressado por Bresser-Pereira (2004), pautado na igualdade de todos os cidadãos e na liberdade individual.

No espaço latino-americano, o movimento feminista se constitui por influências de mulheres que atuaram em movimentos guerrilheiros, participantes do movimento estudantil, partidos políticos progressistas, organizações acadêmicas, políticas e por mulheres que foram obrigadas a exilar-se de seu país.

No evolver histórico, romperam com a esquerda, porém, seu cunho ideológico radical continuou enraizado como um dos objetivos principais de luta e conquista, tendo como projeto uma reforma social que propunha a inclusão da participação popular juntamente com os direitos da mulher.

Para Touraine (1984), os movimentos sociais são como atores fundados na mesma cultura e que se unem para lutar pelos mesmos objetivos, ou objetivos parecidos. A equidade de gênero, por exemplo, é parte de um ideal do movimento feminista e sua conquista implica em um processo árduo e longo.

O movimento propiciou às mulheres repensarem sobre sua opressão acerca, principalmente (mas não somente), das questões políticas. Trouxe à tona a questão de que tudo aquilo que é público atinge a vida pessoal e as decisões, seus desejos e vontades não aconteciam somente pelo próprio mérito, condição ou até mesmo sorte, mas sim, que a vida pessoal era até então atingida por fatores públicos.

No século XIX os direitos das mulheres começaram a surgir de forma mais nítida, uma vez que muitas já faziam parte da força de trabalho empregada, ocupando o cenário industrial, inclusive na indústria têxtil. Muitas estavam incorporadas nas lutas trabalhistas, reivindicando seus direitos como trabalhadoras, inclusive em questões de opressão por gênero.

No século XX, o feminismo aparece com outro perfil no Brasil, apresentando-se mais crítico, com novos desafios e propostas, com a união de mulheres de diversas classes sociais. O caráter militante se sobressai nesse momento, pois, questionava a política, a educação e a dominação do homem na sociedade, além da sexualidade e divórcio. O movimento efetuou sua criticidade, de fato, durante o movimento anarquista e pelo Partido Comunista.

Por volta dos anos 40 a 70 do século XX o movimento passou por mudanças e divergências; todavia, as mulheres não deixaram de atuar na sociedade, enfrentando preconceitos de diversas conjunturas e lutando por melhores direitos, como a luta durante os anos 50 contra a elevação do custo de vida. Neste período, o movimento era reconhecido como uma tendência ou fase.

Com a implantação da ditadura e com o golpe militar de 1964, assim como outros, o movimento feminista foi proibido de se manifestar, uma vez que os militares se utilizavam do poder coercitivo para destruir qualquer oponente ou ameaça advinda da oposição. No entanto, em sua segunda tendência ou fase, marcado pela década de 70, há uma continuidade velada do movimento, resistindo ao sufocante regime vigente da época.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU), declara esse ano como o Ano Internacional das Mulheres, contribuindo para o fortalecimento dos movimentos feministas. Em comemoração à data, foram organizados dois eventos: um por grupos informais e privados de mulheres e com o apoio da ONU e, outro, pelo Movimento Feminino pela Anistia, com a participação de mulheres que vivenciaram o exílio, inovando a forma de pensar das brasileiras.

Novos grupos de mulheres foram formados por todo o país, alguns apenas para estudos e reflexões, já outros se voltaram para a própria ação feita a partir dos estudos realizados, em busca de seu direito de autonomia dentro da sociedade, conflitando com a política vigente.

Esta nova fase se deu através da modernização, através das influências de novos comportamentos afetivos e sexuais, maior aprofundamento de recursos terapêuticos, psicológicos e psicanalistas, entre outros, implicando na maior participação das mulheres no mercado de trabalho.

Vale destacar a grande luta que as mulheres tiveram ao enfrentar tudo e todos, em busca de direitos mais justos e igualitários dentro de uma sociedade completamente conservadora e desigual, com forte distinção entre gênero. As mulheres eram vistas como participantes da classe burguesa, desorientadas, que “lutavam por lutar”, sem um objetivo concreto ou meta traçada a ser atingida, como se o fizessem por “*hobbie*”.

Ainda, durante a ditadura, o movimento passava, dentro e fora do Brasil, por um período com divergências de cenário: enquanto no exterior se revolucionavam costumes, cultura e forma de pensar, o Brasil sofria forte repressão, sem nenhuma liberdade de expressão, em que não se podia reivindicar muita coisa na sociedade, inclusive dentro do feminismo, uma vez que as mulheres que queriam dar continuidade ao movimento tinham de se encontrar às escondidas.

No período pós ditadura militar, o período de redemocratização deu nova ênfase às lutas sociais. Há um despertar democrático, possibilitando à sociedade exigir seus

direitos. Com o período de redemocratização, os movimentos sociais e o feminismo passaram a ter um caráter reivindicatório mais forte, com o apoio internacional de forma a pressionar o Estado a viabilizar políticas públicas, incluindo nessas, um vínculo com as organizações não governamentais feministas.

Na década de 1980, o período de redemocratização impulsionou o surgimento de novos grupos de feministas, como o das acadêmicas. Em 1985 foram criadas as primeiras delegacias para as mulheres, sinalizando que a violência contra a mulher existia e não era algo natural e, portanto, era necessário denunciá-la. Outra importante iniciativa, à época, segundo Otto (2004) foi a criação do Programa de Atenção à Saúde da Mulher, tendo como enfoque o planejamento familiar, sexualidade e aborto.

Nessa quadra histórica, o movimento feminista ganhou força, aliando-se a outros movimentos sociais, envolvendo vários grupos de mulheres e pessoas. Outros temas começam a fazer parte da pauta feminista, como a sexualidade, direitos reprodutivos e violência contra a mulher. Essa mudança aconteceu também com os programas televisivos, onde eram abordados temas que antes nem sequer eram cogitados de serem mostrados. Nesse momento, o movimento se concentra na luta contra a ordem social, em praticamente todos os aspectos.

No decorrer de 1980, partidos eleitorais começaram a incorporar os interesses feministas em seus programas de campanha, criando departamentos femininos dentro das estruturas partidárias, o que possibilitou o engajamento das mulheres nas legendas partidárias. Exemplos de tal contexto foram a implantação do Conselho Estadual de Condição Feminina pelo PMDB, marcando o terceiro momento do movimento feminista brasileiro e, em 1985 a instituição do Congresso Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) transformando-se em um organismo estatal.

Percebemos, assim, que após a ditadura o feminismo foi se adentrando na esfera política e conquistando aos poucos seu espaço em órgãos públicos importantes. Através da chamada Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte, as demandas feministas foram apresentadas à sociedade civil, introduzindo as mulheres dentro do Congresso Nacional, para suas respectivas reivindicações de direitos mais igualitários – neste período se reconheceu o movimento feminista como o movimento da sociedade civil que mais conquistou vitórias.

A década de 1990 foi emblemática para as Conferências Mundiais em específico, a Conferência de Direitos Humanos, em 1993 e a Conferência de População

e Desenvolvimento, em 1994, as quais oportunizaram inúmeros canais de informação e troca de experiência, mas, foi a partir da IV Conferência Mundial da Mulher que os projetos feministas imbuíram-se no caráter direcionado para os direitos humanos, principalmente no quesito violência contra a mulher, com ações de: passeatas, eventos e manifestações, propondo inclusive alteração no Código Penal. O tema sexualidade auxiliou na reflexão sobre o ser mulher, sua identidade, liberdade e relações desiguais entre homens e mulheres, sendo a saúde também um campo importante de reflexão e discussão.

Com o decorrer do tempo, outras conquistas foram ocorrendo, como a instituição da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada à Justiça em 2002, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e 2003, tendo como função a articulação de políticas públicas para mulheres que atendam aos interesses e/ou necessidades das mulheres brasileiras.

Dos estudos empreendidos, concluímos que um dos grandes desafios atuais consiste na superação de uma sociedade antropocêntrica, possibilitando a convivência equânime entre mulheres e homens.

Considerações finais

“Que rumor é este, trocas verbais no interior de uma sociedade que se ouve nas esquinas, nos bares, nas salas de jantar e nas de aula, nos ônibus superlotados e nos carros de luxo? O feminismo acabou? O infinito e insidioso ruído do discurso social sussurrado, explicitado, demonstrado, sugere a desnecessária continuidade de um movimento tornado obsoleto diante das ‘evidentes’ conquistas das mulheres: no plano político, já podem votar e ser votadas, qual a queixa? São minoria nos altos postos legislativos e judiciários? Questão de tempo. No campo profissional as portas se abrem, para algumas eleitas. Questão de competência. Salários desiguais para tarefas idênticas? Os ajustes se fazem aos poucos...” (Tania Navarro Swain)

Este trabalho buscou conhecer, sucintamente, o movimento feminista como expressão de direito e respeito às mulheres. Desta forma, procuramos evidenciar alguns dos acontecimentos, em uma trajetória histórica, para melhor compreendermos o movimento feminista, atribuindo-lhe a devida importância.

Compreendemos que, apesar dos rumores, o movimento feminista no Brasil mantém-se ativo, porém adequando-se às novas demandas e reivindicações das

mulheres na contemporaneidade. Enfrentando incontáveis desafios ao longo dos anos, seja no âmbito da sociedade ou dentro do próprio movimento, não recuou aos atendimentos às novas demandas que surgiam. Formando novas alianças, reformando e inovando suas ideias quantas vezes fossem necessárias, em busca de novos espaços e articulações.

Referências bibliográficas

COSTA, Ana Alice Alcantara. *O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política*. Gênero, v. 5, n. 2, p. 9-35, RJ/Niterói, 2005. Acesso em 30 de Maio de 2012.

MIRANDA, Cynthia Mara. *Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cynthia.pdf> Acesso em: 20 mar. 2012.

OTTO, Clarícia. *O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n.2, maio-agosto/2004. Acesso em 02 de Abril de 2012.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Feminismo radical – pensamento e movimento*. Revista Travessias – Educação, Cultura, Linguagem e Arte, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/travessias>> Acesso em: 14 maio 2012.

TOURAINÉ, Alain: *O Retorno do Ator*. Portugal/Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.